

36. Certificação Legal de Contas e Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50,000 € * S.R.O.C. nº 176 * CMVM nº 20161478

encetada uma ação judicial contra o município na qual é reclamada uma indemnização de 925 milhares de euros, em relação à qual o órgão executivo é da opinião que este irá pagar 148 milhares de euros.

A execução orçamental global da despesa e da receita no exercício de 2021 foi respetivamente de 84,78% e de 97,21%. No exercício de 2020 as taxas de execução global da despesa e da receita foram de 77,27% e de 96,89%, respetivamente.

O limite da dívida é de 25.162 milhares euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 1.603 milhares euros. Assim, o município apresentava a 31 de dezembro de 2021 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei nº. 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,10 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão (e) nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses

riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 25.529 milhares de euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 22.163 milhares de euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão Executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos

**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 2016/478

os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte: as informações constantes do parágrafo 37 da NCP 27 não foram divulgadas na sua plenitude.

Coimbra, 18 de abril de 2022

José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



Telepac
Formus
S. J. P.
A. J.
J. J.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)
Presidente da Câmara
Membros do Órgão Executivo
Membros da Assembleia-Municipal

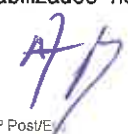
Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Porto de Mós** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as ISA e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 18 de abril de 2022.
3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
 - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
 - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
 - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
 - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
 - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
 - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;



4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:

- 4.1. Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- 4.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;
- 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
- 4.5. Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do nº 2 do art. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro;
- 4.6. Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
 - b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
 - c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
 - d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
 - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
 - g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;



- h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
- i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- j) Outros testes considerados relevantes.

4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.

- 5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.
- 6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
- 7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Simões' and various initials.

Handwritten initials 'AF' in blue ink.



Handwritten signatures and notes in blue ink, including the word 'Fonatics' and 'Telepac'.

I. Introdução

- II. O **Município de Porto de Mós**, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 505 586 401;
- III. A sede do Município está localizada na Praça da República;
- IV. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.
- V. Em 31 de dezembro de 2021, o município contava com 314 funcionários, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
- VI. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

CARGO	TITULAR
Presidente	José Jorge Couto Vala
Vice-presidente	Eduardo Manuel Ferreira Amaral
Vereadora	Telma Cristina Rodrigues da Cruz
Vereador	Marco Paulo Barbosa Lopes
Vereador	Paulo Jorge Nobre Pereira
Vereadora	Sofia Margarida Amado Pereira
Vereador	Rui Fernando Correia Marto

VII. Legislação específica:

- Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Handwritten initials 'VJ' in blue ink.



Teleg
Parous
F
F

VIII. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas vez de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Bens com substância física que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços e se espera que sejam usados num período superior a um ano económico;

São mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais e os gastos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, como gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações. Porém, alguns bens imóveis foram mensurados pelo valor patrimonial tributário;

Um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo, acrescido pelas grandes reparações e deduzido pela depreciação acumulada e perda de imparidade acumulada, se aplicável;

A vida útil é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade física esperada, o desgaste físico esperado (programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo), a obsolescência técnica e comercial e os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo. A vida útil utilizada é a constante no Classificador Complementar 2;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Ativos intangíveis

Ativo intangível é um ativo não monetário, identificável, sem substância física e provável beneficiar do potencial de serviço num período superior a um ano;

É mensurado inicialmente pelo custo e subsequente é o seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada;

A

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Francisco' and 'J. Nunes'.

A vida útil é determinada tendo em conta o uso esperado do ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerido com eficiência por outra equipa de gestão; a obsolescência técnica, tecnológica e comercial; o período de controlo sobre o ativo e limites legais ou contratuais sobre o uso do ativo. A taxa média utilizada para os intangíveis é de 33,33%;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta na CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Handwritten initials 'MA' in blue ink.

Teleg *for* *Simões* *F* *J*

IX. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2021, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros.

Ativo

Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	139 106,27	136 155,33		2 950,94	162 713,60	157 163,90		5 549,70
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	457 305,56	451 524,35		5 781,20	488 617,00	467 588,95		21 028,05
Propriedade industrial e intelectual	5 000,00			5 000,00	5 000,00			5 000,00
Outros								
Ativos intangíveis em curso	55 308,10			55 308,10	67 608,10			67 608,10
TOTAL	666 719,92	587 679,68	0,00	69 040,24	723 938,70	624 752,85	0,00	99 185,85

Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento	2 950,94	23 607,39							26 558,33
Programas de computador e sistemas de informação	5 781,20	31 311,45					21 008,57		16 084,08
Propriedade industrial e intelectual	5 000,00						16 064,60		-11 064,60
Outros	0,00								0,00
Ativos intangíveis em curso	55 308,10	12 300,00							67 608,10
TOTAL	69 040,24	67 218,84	0,00	0,00	0,00	0,00	37 073,17	0,00	99 185,91

17/12

Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. O gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações. Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Varição das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	502 041,17			502 041,17	613 787,27			613 787,27
Edifícios e outras construções	9 819 498,20	4 228 978,40		5 590 489,80	10 427 142,10	4 431 479,09		5 995 663,01
Infraestruturas	46 087 556,56	29 661 191,87		16 436 364,69	46 976 284,38	31 696 846,76		15 279 437,62
Património histórico, artístico e cultural	203 560,76	66 024,92		137 535,84	218 320,76	66 762,92		151 557,84
Outros				0,00				0,00
Bens de domínio público em curso	3 803 201,37			3 803 201,37	5 536 512,51			5 536 512,51
	60 415 628 06	33 946 195 19	0,00	26 469 632 87	63 772 047 02	36 195 088 77	0,00	27 576 958 25
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	5 559 321,60			5 559 321,60	5 618 201,60			5 618 201,60
Edifícios e outras construções	23 513 569,72	5 185 405,02		18 328 164,70	24 195 141,34	5 702 620,75		18 492 520,59
Equipamento básico	5 362 269,59	4 064 009,95		1 298 259,64	5 669 508,81	4 344 087,40		1 325 421,41
Equipamento de transporte	2 779 250,21	2 313 586,73		465 663,48	2 916 895,94	2 464 098,90		452 897,04
Equipamento administrativo	1 074 152,33	955 693,46		118 458,87	1 151 623,80	1 029 948,66		121 675,14
Equipamentos biológicos	0,00			0,00				0,00
Outros	1 510 680,41	1 218 903,02		291 777,39	1 626 484,32	1 318 804,48		307 679,84
Ativos fixos tangíveis em curso	2 581 350 18			2 581 350 18	5 214 907 09			5 214 907 09
	42 380 594,04	13 737 598,18	0,00	28 642 995,86	46 392 862,90	14 859 560 19	0,00	31 533 302,71
TOTAL	102 796 422,10	47 683 793,37	0,00	55 112 628 73	110 164 909 92	51 054 648 96	0,00	59 110 260 96

Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	502 041,17	0,00	111 746,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613 787,27
Edifícios e outras construções	5 590 489,80	0,00	607 673,90	0,00	0,00	0,00	202 500,69	0,00	5 995 663,01
Infraestruturas	16 436 364,69	0,00	888 727,82	0,00	0,00	0,00	2 045 654,89	0,00	15 279 437,62
Património histórico, artístico e cultural	137 535,84	14 760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,00	0,00	151 557,84
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	3 803 201,37	3 398 242,39	-1 662 931,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 536 512,51
	26 469 632,87	3 411 002,39	-54 783,43	0,00	0,00	0,00	2 248 893,58	0,00	27 576 958,25
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	5 559 321,60	62 525,00	-3 645,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 618 201,60
Edifícios e outras construções	18 328 164,70	27 197,97	654 373,65	0,00	0,00	0,00	517 215,73	0,00	18 492 520,59
Equipamento básico	1 298 259,64	303 168,67	24 682,78	0,00	0,00	0,00	280 077,45	20 612,23	1 325 421,41
Equipamento de transporte	465 663,48	137 745,73	0,00	0,00	0,00	0,00	160 512,17	0,00	452 897,04
Equipamento administrativo	118 458,87	77 899,84	0,00	0,00	0,00	0,00	74 255,20	528,37	121 675,14
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	291 777,39	102 751,26	13 052,65	0,00	0,00	0,00	99 901,46	0,00	307 679,84
Ativos fixos tangíveis em curso	2 581 350 18	3 270 882 56	-637 325 65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 214 907 09
	28 642 995,86	3 982 271,03	51 138,43	0,00	0,00	0,00	1 121 962,01	21 140,60	31 533 302,71
TOTAL	55 112 628,73	7 393 273,42	-3 645,00	0,00	0,00	0,00	3 370 855,59	21 140,60	59 110 260 96



As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Dos testes efetuados às depreciações e amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas previstas no CC2.

Efetuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetada qualquer diferença.

De referir que as aquisições de imobilizado efetuadas no exercício de 2021 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

Conforme mapa dos ativos sem valor, retirado do programa da SNP – Sistema de Normalização de Património - há bens, nomeadamente equipamentos móveis, livros e publicações e património histórico, artístico e cultural, que foram inventariados em exercícios anteriores com valor zero, uma vez que eram bens antigos, não existia documentos de suporte à sua aquisição e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado.

Existem ainda bens que foram doados ao Município e integrados no património por deliberação do órgão executivo cuja valorização não foi possível apurar, pelo que os mesmos assumiram o valor zero, aquando da sua integração no inventário.

No entanto ainda existe património que não está evidenciado nas demonstrações financeiras por não estar em nome do Município.

Recomendamos que sejam encetados os procedimentos necessários com o intuito de afetar esses bens à titularidade do Município.

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imóveis que integram o Ativo Fixo Tangível e cujo valor líquido é de 10.031.409,26 euros. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Panais' and 'Tel'.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Handwritten signature in blue ink.

Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais	1 458 018,86	183 278,00	7 525,00						1 648 821,86
Edifícios e Outras Construções									
Outras PI									
PI em Curso		11 660,00							
TOTAL	1 458 018,86	194 938,00	7 525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 648 821,86

Instrumentos financeiros

O detalhe da rubrica Participações Financeiras e Outros Ativos Financeiros é o seguinte

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2021 estão mensuradas pelo seu custo (MC).

O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
Investimentos financeiros			
Partes de capital			
Empresas municipais e intermunicipais			
Valoris - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00 €	4,33%	Método Custo
AdCL-Águas do Centro Litoral, SA (Similis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.)	81 055,00 €	0,00%	Método Custo
Empresas privadas ou cooperativas			
Mapicentro, S.A.	230,00 €	0,01%	Método Custo
Open Associação para Oportunidades Esp. De Negócio	500,00 €	0,00%	Método Custo
	168 385,00 €		

Os testes efetuados permitiram-nos concluir que, em termos globais, o valor contabilístico das participações é superior ao seu custo de aquisição.

Handwritten signature in blue ink.

Telepac
Fátima
#1
#2
#3

No entanto, tendo em atenção o princípio da prudência o Município criou as seguintes imparidades:

Empresa	Valor da Participação	Imparidade
Investimentos financeiros		
Partes de capital		
Empresas municipais e intermunicipais		
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00 €	- €
AdCL-Águas do Centro Litoral, SA (Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.)	81 055,00 €	- €
Empresas privadas ou cooperativas		
Mapicentro, S.A.	230,00 €	230,00 €
Open Associação para Oportunidades Esp. De Negócio	500,00 €	- €
Total	168 386,00 €	230,00 €

Relativamente à constituição da imparidade, o Município manteve a provisão da Mapicentro, S.A., no valor da percentagem no capital próprio. Uma vez que a participada apresenta um capital próprio negativo, o município teria apenas que reforçar a provisão até ao valor da sua participação.

Inventário

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021 – custo médio ponderado.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Inventário	31/12/2021
Mercadorias	14 614,22
Matérias-primas	11 495,78
Peças e outros materiais de manutenção	4 526,41
Outros materiais diversos de consumo	189 563,74
Total	220 200,15

O saldo de balanço respeita às mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2021.

Foi realizada uma contagem física no dia 20/12/2021, com referência a 31 de dezembro de 2021, tendo sido presenciada pelos auditores.

Na sequência das contagens físicas, foram detetadas algumas diferenças entre sistema de gestão de stock (GES) e o existente em armazéns, o que deu origem a uma regularização.

Cientes, contribuintes e utentes

À data de 31 de dezembro de 2021 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Cientes, contribuintes e utentes	31/12/2021
Cientes c/c	333 232,33
Contribuintes	-37 571,11
Utentes	2 924,72
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	119 565,85
Perdas por imparidade acumuladas	-119 565,85
Total	298 585,94

Dado que a maior parte dos clientes são particulares não foi efetuada a circularização dos saldos.

Perdas por imparidade acumuladas	31/12/2021
Cientes	-119 565,85

No cálculo das imparidades dos clientes a NCP 9 "Imparidades de Ativos" nada menciona. Por isto, foi aplicado a fórmula inscrita no Ponto 2.7.1 do POCAL, ou seja, 50 p.p. para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses e 100 p.p. para dívidas em mora há mais de 12 meses. Esta aplicabilidade justifica-se pelo artigo 13.º do SNC-AP que retrata a integração de lacunas.

Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2021, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públicos	31/12/2021
Retenção de Imp. s/Rend	-5 188,59
Imposto s/ Valor Acrescentado	94 372,16
Outros impostos	0,00
Contribuições para a S.S. e CGA	-42 588,56
Outras tributações	0,00
Total	46 595,01

O saldo evidenciado na rubrica de Retenção s/ Rendimento, diz respeito às contribuições de dezembro, a pagar em janeiro de 2022.

O saldo da rubrica "Contribuições para a S.S." evidencia o valor em dívida referente às contribuições a cargo da entidade e do trabalhador, para o IGFSS do mês de dezembro, e liquidadas em janeiro de 2022.



Telep
Parrus
f #

O saldo da rubrica Imposto sobre o valor a Acrescentado respeita a um valor a recuperar no montante de 94.372,16 euros, referente à declaração de IVA do mês de dezembro.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, os descontos para a segurança social e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

Testámos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo detetado discrepâncias.

Outras contas a receber e a pagar

À data de 31 de dezembro de 2021, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2021
Devedores e credores por contratos de cedência	42 891,58
Fornecedores de investimentos sindicatos	-10 253,39
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	3 655 223,82
Credores por subscrições não liberadas	0,00
Cauções	-376 482,24
Outros devedores e credores	-17 543,94
Total	3 293 835,83

Efetuámos a circularização dos saldos de fornecedores de investimento à data de 31 de dezembro de 2021. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, analisando a informação obtida e comparando-a com o saldo evidenciado no balanço.

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2021
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	
Impostos e taxas imputados ao período	4 331 505,82
Devedores por acréscimos de rendimentos	89 583,07
Credores por acréscimos de gastos	-765 865,07
	3 655 223,82

Do total de saldo da rubrica dos impostos e taxas imputados ao período evidenciamos o valor de 2.686.780 euros referente à estimativa do IML, o montante de 787.035 euros relacionado com a derrama, a participação no IRS no valor 510.347 euros

referente ao ano de 2021, a receber no ano de 2022 e de 79.793 euros da participação dos municípios na receita de IVA referente a 2021 a receber em 2023. Dos testes efetuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

No tocante aos custos diferidos salientamos a especialização dos seguros. Dos testes efetuados concluímos que os valores apurados são adequados.

Do valor evidenciado em acréscimos de custos, salientamos o montante de 713.101 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e os respetivos encargos, vencidos em 2020, a liquidar em 2021. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

Meios financeiros líquidos

À data de 31 de dezembro de 2021 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31/12/2021
Caixa	686,53
Depósitos à ordem	
Caixa Geral de Depósitos, SA	556 781,96
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Crl	47 145,41
Banco Santander Totta, S.A.	383 667,09
Banco Comercial Português, Sa	55 930,88
Banco Bpi, Sa	55 051,05
Banco BIC Português SA	1 811 145,42
Novo Banco, S.A.	30 878,18
Montepio Geral - Associação Mutualista	526 139,18
	<hr/>
	3 466 739,17
Outros depósitos - Depósitos consignados	
Caixa Geral de Depósitos, SA	229 421,91
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Crl	45 204,98
	<hr/>
	274 626,89
Total	<hr/>
	3 742 052,59

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efetuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área.

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2021, não tendo sido obtida resposta.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2021, tendo-se verificado que as diferenças de reconciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176 * CMVM nº 20161478

Telepac
Pamius
[Handwritten signatures]

Diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Diferimentos	31/12/2021
Gastos a reconhecer	164 144,16
Rendimentos a reconhecer	0,00
Total	164 144,16

No tocante aos diferimentos salientamos o valor de 164.144,16 euros, referente a assistência técnica e seguros.

Património/Capital

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	19 701 283,54			19 701 283,54
55 Reservas	0,00			0,00
551 Reservas Legais	1 382 766,69	2 848,79		1 385 615,48
552 Outras Reservas	0,00			0,00
56 Resultados Transitados	0,00			0,00
561 De períodos anteriores	29 846 215,14	28 487,92	100 099,76	29 774 603,30
564 Ajustamentos de transição para o SNC-AP	436 563,03			436 563,03
57 Ajustamentos Partes Capital	0,00			0,00
59 Outras variações no património líquido	0,00			0,00
591 Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00			0,00
593 Transferências e subsídios de capital	0,00			0,00
5931 Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	11 468 519,27	1 499 880,99	554 231,46	12 414 168,80
5932 Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables	0,00			0,00
5939 Outras transferências e subsídios de capital	1 292 257,02	1 035 559,00	62 870,08	2 264 945,94
594 Doações obtidas	3 450,00			3 450,00
599 Outras variações do património líquido	0,00			0,00
88 Resultado Líquido do Exercício	28 487,92	1 653 914,01	28 487,92	1 653 914,01
T O T A L	64 159 542,61	4 220 690,71	745 689,22	67 634 544,10

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício de 2020 no valor de 28.487,92 euros, para resultados transitados.
- O resultado líquido do exercício de 2021 é 1.653.914,1 euros.

[Handwritten initials]

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2021 a conta de património evidencia um saldo de 19.701.283,54 euros, o que corresponde a cerca de 28,00 % do ativo.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Financiamentos obtidos

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2021, é a seguinte:

Financiamentos obtidos	31/12/2021
Empréstimos bancários	
Caixa Geral de Depósitos	174 793,99
Banco Santander Totta	20 189,28
Banco BPI	679 228,49
Novo Banco	92 307,70
Total	966 519,46

Handwritten signature in blue ink.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

O Município desagregou os empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com a componente a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo:

Financiamentos obtidos	31/12/2021
<u>Componente a pagar no médio e longo prazo</u>	
Empréstimos bancários	
Caixa Geral de Depósitos	141 092,53
Banco Santander Totta	0,00
Banco BPI	589 123,63
Novo Banco	46 153,81
Total	776 369,97
Financiamentos obtidos	31/12/2021
<u>Componente a pagar no curto prazo</u>	
Empréstimos bancários	
Caixa Geral de Depósitos	33 701,46
Banco Santander Totta	20 189,28
Banco BPI	90 104,86
Novo Banco	46 153,89
Total	190 149,49

Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Fornecedores	31/12/2021
Fornecedores c/c	414 683,26
Fornecedores-Facturas em recepção e conferência	28 514,72
Total	443 197,98

Handwritten signature in blue ink.

Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2021. Seleccionámos 70% do saldo. Em relação aos fornecedores que não responderam (6%) efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Provisões

Provisões	31/12/2021
Processos judiciais em curso	283 184,37
Total	283 184,37

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados que prestam serviços ao município obtivemos resposta das seguintes sociedades de advogados: sociedade VPSM & Associados - Sociedade de Advogados, R.L. e advogada Lúcia Lima, e não tendo obtido resposta da sociedade Vieira da Luz & Associados.

Identificamos 14 ações judiciais em curso à data de 31 de dezembro de 2021. O valor destas ações totaliza 1.560.260,63 euros. Face a 2020, o Município manteve a provisão no valor de 159.744,30 €. No entanto, foi encetada uma ação judicial contra o município na qual é reclamada uma indemnização de 925 milhares de euros, em relação à qual o órgão executivo é da opinião que este irá pagar 148 milhares de euros.



Manuscript signatures and initials in blue ink, including the name 'Manus' and a large signature.

Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de ativo não corrente representam 87% do ativo do Município. Destas, a rubrica dos ativos fixos tangíveis, apresenta o maior peso (84%);
- Face ao período homólogo o ativo registou um aumento de 5,12%;
- O património líquido registou um aumento de 5,42% face ao exercício anterior, o que representa um aumento de 3.475 milhares de euros;
- O passivo registou uma diminuição de 1,33%, cerca de 39 milhares de euros;
- As principais rubricas de custos são os fornecimentos e serviços externos (34,22%), os gastos com o pessoal (30,35%) e as depreciações do exercício (19,23%). Face ao verificado no período homólogo os fornecimentos e serviços externos aumentaram 11,87%, as depreciações do exercício diminuíram 6,88% e os gastos com o pessoal aumentaram 0,55%;
- Face ao ano anterior o resultado líquido aumentou 5705,67%, ou seja, de 1 625 milhares de euros, cifrando-se nos 1 654 milhares de euros.

Handwritten signature in blue ink.

Telex *Faratus* *[Handwritten signatures]*

X. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores		2021	2020	Varição		
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Corrente 8 988 349,49	607,40%	9 782 824,22	403,90%	50,39%
		Passivo Corrente 1 479 801,04		1 194 139,69		
	Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - inventários 8 768 149,34	592,52%	9 542 391,28	384,71%	54,02%
		Passivo Corrente 1 479 801,04		1 194 139,69		
	Liquidez imediata	Caixa e Depósitos 3 742 052,59	252,88%	5 002 276,70	354,37%	-28,64%
		Passivo Corrente 1 479 801,04		1 194 139,69		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes 69 070 580,68	112,20%	65 920 475,86	90,93%	23,39%
		Imobilizado líquido 61 562 032,23		57 331 791,33		
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c.p. (*) 1 479 801,04	2,40%	1 194 139,69	1,98%	20,66%
		Imobilizado líquido 61 562 032,23		57 331 791,33		
Endividamento	Endividamento	Passivo 2 915 837,62	4,13%	2 955 072,94	23,08%	-82,09%
		Ativo Líquido 70 550 381,72		67 114 615,55		
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP 1 436 036,58	49,25%	1 760 933,25	7,76%	534,47%
		Passivo 2 915 837,62		2 955 072,94		
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP 776 369,97	26,63%	967 145,92	7,76%	243,02%
		Passivo 2 915 837,62		2 955 072,94		
	Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP 1 479 801,04	50,75%	1 194 139,69	7,47%	579,09%
		Passivo 2 915 837,62		2 955 072,94		

Teleg
AA
JP
JS
FN
FN

XI. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2021 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	2021		2020	EXECUÇÃO DE RECEITA	2021		2020
	Valor	%	%		Valor	%	%
DESPESAS CORRENTES	15 244 346	88,66%	91,41%	RECEITA CORRENTE	17 619 600	104,73%	98,11%
DESPESAS CAPITAL	10 897 293	79,35%	53,70%	RECEITA CAPITAL	4 149 689	61,99%	82,27%
TOTAL	26 141 639	84,78%	77,27%	OUTRAS RECEITAS	4 492 350	100,24%	99,98%
				TOTAL	26 261 639	97,21%	96,89%

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Porto de Mós com referência a 31 de dezembro de 2021, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (97,21%) é superior à execução da despesa total (84,78%). Todas despesas encontram-se abaixo do orçamentado, no entanto, em relação às receitas verifica-se que as receitas correntes e as outras receitas ficaram acima do valor orçamentado .

Com efeito, chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, caso o Município presente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. No ano de 2020 a taxa de execução da receita foi de 96,89%.

JA

11.1. Controlo orçamental da receita

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2021, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de -732.867,65 euros, -2,79%).

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2021				
	PREVISÃO CORRIGIDA	RECEITA COBRADA LIQUIDA	GRAU DE EXEC.		PESO %
			2021	2020	
01 Impostos diretos	4 233 950	4 904 013	115,83%	99,51%	19,21%
02 Impostos indiretos	77 570	132 322	170,585%	89,30%	0,52%
04 Taxas, multas e outras penalidades	136 905	141 147	103,10%	90,70%	0,55%
05 Rendimentos da propriedade	1 055 400	958 647	90,83%	94,30%	3,76%
06 Transferências correntes	9 415 875	9 417 269	100,02%	99,86%	36,89%
07 Venda de bens e serviços correntes	2 661 400	2 886 893	108,47%	95,93%	11,31%
08 Outras receitas correntes	38 500	12 827	33,32%	11,62%	0,05%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	17 619 600	18 453 118	104,73%	98,11%	72,28%
09 Venda de bens de investimento	65 000	55 290	85,06%	2,37%	0,22%
10 Transferências de capital	4 036 029	2 499 188	61,92%	93,78%	9,79%
11 Ativos financeiros	10	0	0,00%	0,00%	0,00%
12 Passivos financeiros	48 650	17 949	36,89%	0,00%	0,07%
13 Outras receitas de capital			0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	4 149 689	2 572 427	61,99%	82,27%	10,08%
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	1 000	11 876	1187,58%	44,00%	0,05%
16 Saldo da gerência anterior	4 491 350	4 491 350	100,00%	100,00%	17,59%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	4 492 350	4 503 226	100,24%	99,98%	17,64%
TOTAL DA RECEITA	26 281 639	25 528 771	97,21%	96,89%	100,00%

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente as transferências correntes (representam 36,89% do total das receitas), venda de bens e serviços correntes (que representam 11,31% do total de receitas), os impostos diretos (que representam 19,21% do total de receitas) e as transferências de capital (que representam 9,79% do total de receitas).

Podemos também verificar que nas receitas correntes só as receitas de impostos diretos, rendimentos da propriedade e outras receitas correntes ficaram abaixo do valor orçamentado, nas receitas de capital nenhuma ficaram acima do montante orçamentado.

A taxa de execução das receitas correntes, em comparação com o período homólogo, teve uma variação positiva de 6,62 pontos percentuais, as receitas de capital registaram uma evolução negativa de 20,28 pontos percentuais. No global a taxa de execução da receita teve uma variação positiva de 0,31 pontos percentuais.

11.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2021, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em -3.978.169,65 euros (desvio de -15,22%).

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2021				
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DESPESA PAGA	GRAU DE EXEC.		PESO DE N %
			2021	2020	
01 Despesas com o pessoal	5 811 350	5 468 051	94,09%	96,21%	22,23%
02 Aquisição de bens e serviços	7 537 628	6 416 185	85,12%	88,98%	28,83%
03 Juros e outros encargos	9 097	2 207	24,26%	29,15%	0,03%
04 Transferências correntes	1 460 507	1 316 853	90,16%	87,74%	5,59%
05 Subsídios		0	0,00%	0,00%	0,00%
06 Outras despesas correntes	425 764	311 827	73,24%	79,24%	1,63%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	15 244 346	13 515 124	88,66%	91,41%	58,31%
07 Aquisição de bens de capital	9 936 668	7 818 865	101,73%	49,86%	38,01%
08 Transferências de capital	743 225	612 268	98,99%	82,82%	2,84%
09 Ativos financeiros	0	0	0,00%	76,20%	0,00%
10 Passivos financeiros	217 400	217 212	90,51%	98,22%	0,83%
11 Outras despesas de capital	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	10 897 293	8 648 346	79,36%	53,70%	41,69%
TOTAL DA DESPESA	26 141 639	22 163 470	84,78%	77,77%	100,00%

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são as aquisições de bens e serviços (representam 28,83% do total das despesas), as despesas com o pessoal (representam 22,23% do total das despesas), e as aquisições de bens de capital (representam 38,01% do total das despesas).

Podemos também verificar que nenhuma despesa ficou acima do montante orçamentado, com exceção das despesas com aquisição de bens de capital.

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 88,66% e de 79,36% respetivamente, o que face ao período homólogo representa uma melhoria de 3,01 pontos percentuais em relação às primeiras e de um agravamento de 47,78 pontos percentuais em relação às segundas. No global a taxa de execução da despesa apresentou um agravamento de 9,72 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de 4.937.995 euros, que reflete um montante extremamente confortável.

11.3. Rácios orçamentais

Os principais rácios orçamentais são:

Indicadores	2021		2020		Varição	Observações
Receita líquida total	25 528 771,35	115,18%	22 176 568,51	119,12%	-3,30%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	22 163 469,35		17 685 218,13			
Receita corrente	18 453 118,41	72,28%	16 890 628,92	80,81%	-10,55%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	25 528 771,35		22 176 568,51			
Receita corrente	18 453 118,41	136,54%	16 890 628,92	129,29%	5,61%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	13 515 123,51		13 076 026,49			
Impostos diretos	4 904 013,46	26,58%	4 832 372,40	25,57%	3,92%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	18 453 118,41		16 890 628,92			
Receita de capital	2 572 426,76	10,08%	1 785 740,07	7,22%	39,60%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	25 528 771,35		22 176 568,51			
Receita de capital	2 572 426,76	29,74%	1 785 740,07	33,65%	-11,61%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	8 648 345,84		4 609 191,64			
Despesa corrente	13 515 123,51	60,98%	13 076 026,49	74,45%	-18,09%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	22 163 469,35		17 685 218,13			
Despesa de capital	8 648 345,84	39,02%	4 609 191,64	25,55%	52,72%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	22 163 469,35		17 685 218,13			
Despesas rígidas	5 687 470,55	25,66%	5 532 802,11	32,18%	-20,26%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	22 163 469,35		17 685 218,13			
Despesas rígidas	5 687 470,55	22,28%	5 532 802,11	27,02%	-17,54%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da receita
Receitas totais	25 528 771,35		22 176 568,51			
Aquisição de bens de capital	7 818 865,00	35,28%	3 832 118,27	20,90%	68,78%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	22 163 469,35		17 685 218,13			

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas.

11.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2021	2020	Variação	Observações
Poupança corrente	4 937 994,90	3 814 602,43	1 123 392,47 29,45%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	2,79%	0,74%	278,67%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-732 867,65	-711 244,43	-21 623,22	
Equilíbrio orçamental corrente	136,54%	129,17%	5,70%	
Equilíbrio orçamental de capital	29,74%	38,74%	-23,23%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indica que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido formal	115%	125%	-8,14%	
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	109%	117,80%	-7,22%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente (calculada com base na receita cobrada líquida) aumentou 29,45% (1 123 milhares de euros) face à verificada no ano anterior.

Em 2021 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em 733 milhares de euros, enquanto que em 2020, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice de 711 milhares de euros. Ou seja, há um agravamento de cerca de 22 milhares de euros, face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do Município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal e em sentido substancial.

Amicus
Telepac *b* *TRP*
AF

Limite à dívida total	
Receita corrente cobrada nos últimos três anos	Montante
2018	16 361 497
2019	17 072 167
2020	16 890 629
Total	50 324 293
<hr/>	
Média	16 774 764
<hr/>	
Limite à dívida total das operações orçamentais (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))	25 162 147
<hr/>	
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	1 603 047
Margem absoluta	23 559 099
Margem utilizável (20%)	4 711 820

O limite da dívida é de 25.162.147 euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 1.603.047 euros.

	31/12/2021	31/12/2020
Dívida total	1 866 788	1 931 275
FAM	0	0
Despesas COVID - 19	0	311
Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	113 010	77 942
Dívidas não orçamentais	376 751	510 926
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	1 603 047	1 497 980
Margem absoluta	23 559 099	23 422 391
Margem Disponível	4 711 820	4 684 478
Redução do montante em excesso	-	-
Aumento do endividamento	105 067	-294 998
Só aumentou até 20% da margem disponível no início do exo	SIM	na
Dívida Total vs Média da Receita Líquida cobrada últ. 3 anos.	0,10	0,09

AF



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

Teleg Santos
[Handwritten signatures and initials]

Face ao verificado a 31 de dezembro de 2021, a dívida total aumentou 105 milhares de euros, sendo a margem do Município de 4.712 milhares de euros.

Segundo informações obtidas junta da DGAL é entendimento da Direção-Geral que o valor da dívida da ANMP não releva para efeitos de limite da dívida total, previsto no nº1 do art. 52º da Lei n.º 72/2013 de 3 de setembro. As entidades associação Fablabs Portugal e PORPAV não aprestaram informação financeira em tempo, pelo que em relação à primeira tivemos em consideração os dados de 2020 para cálculo da dívida.

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo."

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Porto de Mós cumpre o disposto no referido artigo.

2021	Montante
Valor das receitas correntes brutas	18 540 236,50
Despesa corrente	13 515 123,51
Amortizações médias dos empréstimos	276 232,87
TOTAL (1) - (2) - (3)	4 748 880,12
librio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09)	SIM

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

[Handwritten signature]

Coimbra, 18 de abril de 2022

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por:

José Joaquim Marques de Almeida – ROC 571

Telepac
J. Nunes
V. Simões
[Handwritten signatures]

ANEXO I

ATIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.21/Dez.20)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	55 112 629	59 110 261	3 997 632	7,25%
Propriedades de investimento	1 458 019	1 660 482	202 463	13,89%
Ativos intangíveis	69 040	99 186	30 146	43,66%
Participações Financeiras	692 104	692 104	0	0,00%
Sub Total	57 331 791	61 562 032	4 230 241	7,38%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	240 433	220 200	(20 233)	-8,42%
Clientes, contribuintes e utentes	336 349	298 586	(37 763)	-11,23%
Estado e outros entes públicos	55 879	94 372	38 493	68,89%
Outras contas a receber	4 054 246	4 468 994	414 749	10,23%
Diferimentos	93 641	164 144	70 503	75,29%
Caixa e depósitos	5 002 277	3 742 053	(1 260 224)	-25,19%
Sub Total	9 782 824	8 988 349	(794 475)	-8,12%
TOTAL DO ATIVO	67 114 616	70 550 382	3 435 766	5,12%

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.21/Dez.20)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	19 701 284	19 701 284	0	0,00%
Reservas	1 382 767	1 385 615	2 849	0,21%
Resultados transitados	30 282 778	30 211 166	(71 612)	-0,24%
Outras variações no património líquido	12 764 226	14 682 565	1 918 338	15,03%
Resultado líquido do período	28 488	1 653 914	1 625 426	5705,67%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	64 159 543	67 634 544	3 475 001	5,42%
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	283 184	283 184	0	0,00%
Financiamentos obtidos	967 146	776 370	(190 776)	-19,73%
Outras contas a pagar	510 603	376 482	(134 121)	-26,27%
Sub Total	1 760 933	1 436 037	(324 897)	-18,45%
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	136 149	443 198	307 049	225,52%
Estado e outros entes públicos	41 042	47 777	6 735	16,41%
Financiamentos obtidos	216 586	190 149	(26 436)	-12,21%
Fornecedores de investimentos	26 392	10 253	(16 138)	-61,15%
Outras contas a pagar	773 971	788 423	14 452	1,87%
Sub Total	1 194 140	1 479 801	285 661	23,92%
TOTAL DO PASSIVO	2 955 073	2 915 838	-39 235	-1,33%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	67 114 616	70 550 382	3 435 766	5,12%

AA

Teleg
Fontius
AA
for
X

ANEXO II

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.21/Dez.20)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	4 595 303	5 125 632	530 330	11,54%
Vendas	938 505	942 360	3 855	0,41%
Prestações de serviços e concessões	1 488 968	1 867 462	378 494	25,42%
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 306 052	9 342 137	1 036 085	12,47%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-524 458	-553 223	(28 765)	5,48%
Fornecimentos e serviços externos	-5 455 358	-6 102 713	(647 355)	11,87%
Gastos com pessoal	-5 383 346	-5 413 208	(29 862)	0,55%
Transferências e subsídios concedidos	-1 696 554	-1 920 395	(223 841)	13,19%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-24 165	-19 612	4 552	-18,84%
Provisões (aumentos/reduções)	-159 823		159 823	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	2 052 122	2 209 496	157 374	7,67%
Outros gastos e perdas	-426 731	-394 616	32 115	-7,53%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 710 515	5 083 318	1 372 803	37,00%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 682 336	-3 429 028	253 307	-6,88%
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	28 180	1 654 290	1 626 111	5770,53%
Juros e rendimentos similares obtidos	3 329	954	(2 374)	-71,32%
Juros e gastos similares suportados	-3 020	-1 331	1 690	-55,94%
Resultado antes de imposto	28 488	1 653 914	1 625 426	5705,67%
Imposto sobre o rendimento			0	#DIV/0!
Resultado líquido do período	28 488	1 653 914	1 625 426	5705,67%

[Handwritten signature]

AV

